

# Jornalismo de guerra em Angola durante o conflito ultramarino português

SÍLVIA TORRES<sup>1</sup>

Doutoranda  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa  
Portugal  
silviammtorres@gmail.com



a década de 60 e na primeira metade da década de 70 do século XX, a Guerra do Ultramar<sup>2</sup> era, direta ou indiretamente, uma preocupação constante para os portugueses. Todas as pessoas tinham alguém conhecido ou da família que estava, tinha estado ou iria estar na guerra. Apesar da longa distância geográfica, as guerrilhas que se travavam no continente africano também eram sentidas na metrópole<sup>3</sup>. Nesta época, a imprensa portuguesa, sujeita a um feroz controlo por parte da censura, noticiou a guerra disputada em Angola, na Guiné Portuguesa e em Moçambique entre os movimentos de libertação africanos e as forças armadas portuguesas. Este foi o maior conflito armado da história de Portugal.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a forma como um dos meios de comunicação portugueses, neste caso, a revista *Notícia*, tratou o conflito de Portugal em África, entre fevereiro de 1961 e abril de 1974. O artigo foca-se também nos riscos que os repórteres de guerra correram na cobertura jornalística do conflito e nas estratégias utilizadas para contornar a censura.

Para realizar este estudo, opta-se pela revista em causa por ser uma publicação com sede na capital da província envolvida no conflito (Luanda), logo geograficamente mais próxima do mesmo; e escolhe-se um meio de Angola, porque esta província so-

**Pour citer cet article, to quote this article, para citar este artigo :**

Sílvia Torres, « Jornalismo de guerra em Angola durante o conflito ultramarino português », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 7, n°1 - 2018, 15 juin - June 15 - 15 de junho.

URL : <http://www.surlejournalisme.com/rev>

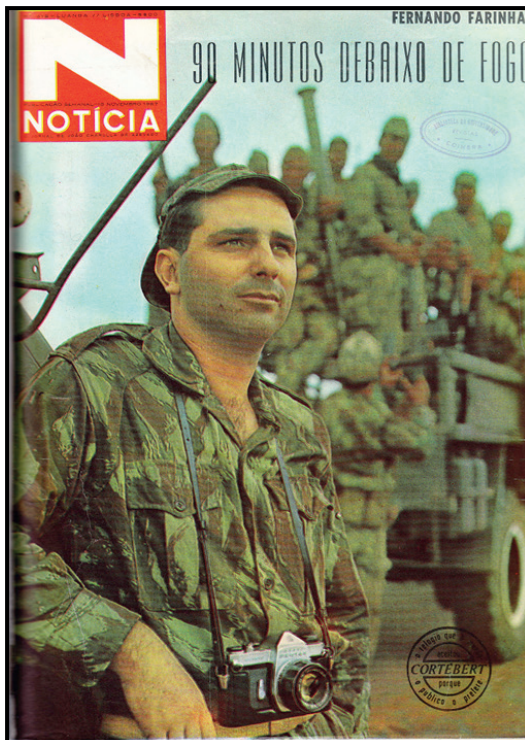
freu grande desenvolvimento com o despoletar do conflito, tendo esse mesmo progresso alcançado a imprensa daquela ex-colónia. Este artigo tem como base uma análise da revista *Notícia*, publicação angolana que, na época, mais reportagens publicou sobre o conflito, e testemunhos de oito jornalistas que, naquele tempo, trabalharam em meios de comunicação de Angola e da metrópole. Teve-se em linha de conta três importantes aspetos:

- todos os artigos foram alvo de censura – “dominar e orientar por completo a opinião pública era na realidade o grande e único objectivo da censura” (Azevedo, 1997, p. 64);

- a verdade acaba quando a guerra começa – “O jornalismo e a guerra têm (...) condicionantes extremas. Quando a guerra começa, a sua primeira vítima é a verdade. Se isto acontece até em democracia (...) muito pior será em ditadura”. (Teixeira, 2001, p. 462);

- recordar o passado é uma construção:

“A memória é matreira como uma raposa, que nos engana e engana quem nos ouve, que pode suavizar o sofrimento, aumentar as pequenas alegrias, distorcer opiniões, contar factos que não sucederam ou não sucederam assim, embora tivessem sucedido exactamente assim para quem os narra” (Torgal, in Carvalho, 2001, p. 10).



Capa da *Notícia* de 18 de novembro de 1967

Comparativamente com a metrópole, a imprensa colonial de expressão portuguesa surge tardiamente. O primeiro jornal do território português ultramarino, *Gazeta de Goa*, publicado em Nova Goa (Índia Portuguesa), é apresentado em 1821. No caso de Angola, a estreia dá-se em 1845, com a publicação do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, em Luanda. Só no final de 1866, emerge um novo título, agora independente: *A Civilização da África Portuguesa*, semanário sobre “interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa, particularmente de Angola e S. Thomé”. A esta publicação, neste período, sucedem-se outras – jornais, revistas, anuários e anais – feitas por amadores, de várias áreas profissionais e também de diversos estratos sociais. No entanto, só em agosto de 1923, em Luanda, é fundado o primeiro jornal profissional, *a província de Angola*, publicação que ainda hoje perdura com o título *Jornal de Angola*.

Apesar do aparecimento tardio de publicações, a imprensa de Angola não foi lenta no que diz respeito ao seu crescimento e desenvolvimento, principalmente durante a década de 60, acompanhando o progresso a todos os níveis que a então província ultramarina sofria. Em 1961, existiam 31 periódicos em Angola. Em 1970, contavam-se 94 (Ferreira, 1977, p. 174). O conflito iniciado em Angola em 1961, e depois alargado à Guiné (1963) e a Moçambique (1964), camuflado pelo governo do Estado Novo como mera ação de policiamento, despoletou este avanço. A revista *Notícia* é revelação clara do progresso que em Angola também atingiu a imprensa.

Para o historiógrafo Júlio de Castro Lopo, em *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história* (1964), é possível distinguir três períodos do jornalismo angolano: o primeiro marcado pelos “primeiros passos do jornalismo”, um segundo onde surge a “imprensa livre<sup>4</sup>” e um terceiro denominado “jornalismo industrial e profissional”. Por este autor, a revista *Notícia* é integrada no terceiro ciclo. Ainda relativamente aos períodos da história da imprensa angolana, Borges de Melo (1993) sugere uma divisão diferente, mais rigorosa, que se estende por seis períodos cronológicos. O primeiro, de 1482 até ao final do século XVIII, é abundante em publicações que, apesar de não poderem ser consideradas “jornais propriamente ditos”, servem para apresentar Angola através de “descrição pormenorizada da terra, gente e costumes”. A data de fundação do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, 13 de setembro de 1845, marca o início do segundo período e o surgimento do semanário *A Civilização da África*

*Portuguesa*, a 6 de dezembro de 1866, dá início ao terceiro período, no qual irrompe o “*jornalismo não oficial*”. O quarto período inicia-se a 16 de agosto de 1923 com a publicação do primeiro número do inicialmente semanário e posteriormente diário a *província de Angola*. Para Borges de Melo (1993, p. 140), este jornal lança “*as bases da profissionalização jornalística e da implantação de periódicos com assento em estrutura verdadeiramente empresarial*”. A revista *Notícia*, que “*alcançou a maior dimensão jornalística entre todas as publicações de Angola*”, é a protagonista do quinto período, que se inicia a 19 de dezembro de 1959. O sexto e último período coincide com a independência de Angola, iniciando-se a 11 de novembro de 1975. Apesar de as duas versões apresentadas inserirem a revista em períodos diferentes da história da imprensa em Angola, ambas assumem que a *Notícia* não surge apenas como mais uma publicação. Destaca-se a vários níveis não só em Angola, como também na metrópole, onde chegou a ter uma delegação, em Lisboa.

A *Notícia* foi fundada por António Alves Simões a 19 de dezembro de 1959. Propriedade da tipografia Neográfica e com sede em Luanda, apresenta-se aos leitores de Angola como “*semanário ilustrado*” que, segundo o jornalista João Fernandes, pretendia distrair e ocupar o tempo de quem o comprasse com anedotas e passatempos. Este objetivo muda em 1962, quando o ex-jornalista do diário *O Comércio*, também de Luanda, João Charulla de Azevedo, integra a equipa redatorial, primeiro como redator principal e, a partir de 1963, como diretor-adjunto. Entre outras mudanças, o recém-chegado aumenta o número de elementos que compõem a redação da revista e, em pouco tempo, garante Júlio de Castro Lopo (1964, p. 119), a *Notícia* passa a ser “*a publicação mais popularizada de e em Angola*”. Esta mudança permitiu aumentar o número de páginas da revista, em formato A4, e, conseqüentemente, a tiragem e o preço da mesma. As mudanças passam também pelo grafismo e por conteúdos noticiosos. Moutinho Pereira, João Fernandes, António Gonçalves e Fernando Farinha, jornalistas que lá trabalharam, tratam a revista por “*o Notícia*”, porque, garantem, a publicação tinha muito mais de jornal do que de revista.

“*A primeira reportagem a cores na imprensa de Angola*”, como anuncia a revista, foi publicada pela *Notícia* a 6 de fevereiro de 1965. Meio ano depois, a revista dava conta de uma “*nova etapa na vida deste jornal*”: “*dimensões menos avantajadas, um formato mais manuseável, como o que hoje em dia é seguido pelas magazines de todo o mundo*”. Por ter acesso a uma “*impressora ultra-rápida*”, nesta altura, a *Notícia* prometia aumentar a tiragem para os 30 mil exemplares e melhorar a revista do ponto de

vista gráfico, graças à impressão em *offset*. Ainda em 1965, a partir de agosto, a revista passa a conter ficha técnica, constituída pelo nome de todos os que trabalhavam na *Notícia*: jornalistas, colaboradores e responsáveis por publicidade, impressão e distribuição. O trabalho realizado por todos aqueles que constavam nesta ficha estava não só ao alcance de quem vivia em Angola, como também na metrópole e em Moçambique.

Em 1966, a *Notícia* “*muda de dono*”, anuncia a capa da edição de 5 de março. Charulla de Azevedo compra a Neográfica, empresa proprietária da revista, depois de vários desentendimentos com António Alves Simões. Provisoriamente, o novo dono ocupa lugar de editor e, com a autorização do governador-geral de Angola, de diretor. Só mais tarde, Charulla passa a pasta de diretor ao próprio pai, João Baptista dos Santos, pessoa com “*idoneidade intelectual e moral*”, como exigia o artigo 2 do Decreto n.º 26580 de 14 de maio de 1936 a quem ocupasse aquele cargo. Assim teve que ser porque, legalmente, o editor de uma publicação não podia em simultâneo assumir também a função de diretor.

Na edição em que a compra da Neográfica por parte de Charulla é comunicada, o anúncio termina com uma frase que, desde então e até 1975, acompanhou sempre a capa da revista: “*Projecto o melhor, espero o pior e aceito de ânimo igual o que Deus quiser*”. Este era o lema do novo proprietário da *Notícia*, um “*franciscano espiritual*”, explica Moutinho Pereira.

Em 1966, a *Notícia* passou a ser constituída por cem páginas. É também neste ano que apresenta duas edições, uma angolana e outra metropolitana. Esta edição especial, que deixou de existir em março de 1972, era igual à de Angola, exceto em alguns anúncios e em algumas notícias. Neste mesmo ano, Charulla de Azevedo estruturava já uma edição moçambicana que não chegou a ser implementada. Já no final de 1966, a revista passou a ter correspondentes em Macau (China), em Lourenço Marques (Moçambique) e na Cidade do Cabo (África do Sul).

No ano em que a *Notícia* passou a ter leitores noutros países da América, da Europa, de África e da Ásia, João Charulla de Azevedo morre, com 33 anos, vítima de ataque cardíaco. A viúva, Maria Helena de Azevedo, assume o comando da Neográfica. Na edição de 25 de março de 1967, em que é anunciado o falecimento de Charulla, com o título de capa “*Morreu o melhor de nós*”, faz-se uma promessa que é cumprida até 1975:

“(…) *sai do genérico o nome de João Charulla. Tanto como editor como redactor-repór-*

*ter (...). Mantem-se, contudo, neste jornal, o seu nome (...). Deste número em diante NOTÍCIA passa a ter o seu nome prolongado. Será NOTÍCIA, o jornal de João Charulla de Azevedo. Aquilo que sempre foi.”*

Em 1970, o grupo CUCA entra no capital acionista da Neográfica. Com este reforço, lê-se na edição de 6 de junho, “o Notícia *poderá, portanto, vir a ser não propriedade dum homem mas sim de centenas (...) de accionistas. Mas uma coisa foi desde já ressaltada (...): a independência da redacção*”. Na mesma edição explica-se que um “*jornal para poder cumprir a sua missão tem de ser livre. Ser independente, ser um fio de telefone entre o jornalista independente e o grande público. Um jornal tem que ser um serviço público*”. E este serviço destacou-se pelas reportagens que fez não só em Angola como também noutros países dos cinco continentes. Como escreve António Gonçalves no blogue Africandar<sup>5</sup>, era esta característica que distinguia a revista “*dos concorrentes de Lisboa e arredores*”. A título de exemplo, João Fernandes diz ter estado nos cinco continentes, ao serviço da *Notícia*: “*a Notícia tinha de estar em todo o lado*”. Já Moutinho Pereira e Joaquim Cabral, que também trabalharam na revista, foram os únicos representantes da imprensa portuguesa que acompanharam, em Cabo Kennedy e Houston, a chegada do homem à lua. Como enviados especiais, estiveram 21 dias nos Estados Unidos da América a fazer a cobertura jornalística da missão espacial *Apollo 11*, juntamente com profissionais de 53 países. Fernando Farinha, especialista no tema Guerra do Ultramar, fez a cobertura jornalística do conflito não só em Angola, como também na Guiné Portuguesa e em Moçambique.

A *Notícia*, que se havia estreado cerca de um ano antes de a guerra portuguesa em África ter começado, deixou de se publicar quase um ano depois de o conflito ter terminado. A revista foi suspensa pelo Conselho da Revolução<sup>6</sup> no início de março de 1975, após publicação do artigo “*Abram a porta, somos do Copcon. O novo medo?*”, texto da autoria de António Gonçalves<sup>7</sup> que “*atacava*” o Governo português.

---

#### A CENSURA DO ESTADO NOVO À IMPRENSA

---

Durante os 13 anos em que duraram as guerras de Portugal em África, os meios de comunicação de todo o império “*uno e indivisível do Minho a Timor*”<sup>8</sup> estiveram sujeitos ao controlo da censura. A guerra que se travou em três frentes, Angola, Guiné Portuguesa e Moçambique, era um dos temas sensíveis para os censores. Com o dealbar do conflito, a atividade censória foi reforçada. A censura limitou a liberdade dos media portugueses da metrópole,

dos arquipélagos dos Açores e da Madeira e das províncias ultramarinas. Primeiro cumpriram-se os ditames de António de Oliveira Salazar e depois os de Marcello Caetano. O primeiro chamou-lhe censura e o segundo, exame prévio. Nomes diferentes, intentos iguais, como reforça Cândida de Azevedo (1997, p. 64). Os meios de comunicação portugueses eram assim mais uma arma que lutava contra o inimigo, sendo simultaneamente um elemento moralizador para os militares que combatiam do lado de Portugal, apresentados sempre positivamente, como heróis que lutavam “*por um objectivo comum a toda a sua comunidade*” (Afonso e Gomes, 2000, p. 271).

Por ser uma presença, simultaneamente ausente, constante e diária na redacção, apesar de preferir descrição, a própria censura foi tema de notícia na revista. Na edição de 22 de julho de 1961, na página 3, é publicado o texto “*Uma censura à Censura*”. O artigo, não assinado, é escrito na terceira pessoa do plural. “*Nós somos pela Censura*”; “*Nós concordamos com a Censura*”. No entanto, pode ler-se, “*discordamos (...) das razões colaterais que lhe desvirtuam o sentido*” e “*estamos já um pouco cansados de ser censurados*”. Este cansaço estava relacionado com as consequências que advinham das “*antipáticas observações*” dos censores – “*corte total*”, “*suspenso*”, “*com cortes*” – que obrigavam, por exemplo, a fazer/refazer textos, a parar as máquinas da tipografia e a atrasar a distribuição dos jornais. Felizmente, continua o texto, “*o corte total é raríssimo*” graças a uma censura preliminar: “*Dentro de cada jornal (...) existe uma censura prévia (...). Nós sabemos o que passa e o que não pode passar pela ‘frieira’*”. Mário Ventura confirma a teoria: “*não houve nenhum jornalista em Portugal dessa época que tivesse hipótese de fugir a este esquema, no mínimo estranho, que era o de aprender a censurar o seu próprio pensamento e a sua própria necessidade de expressão*” (Azevedo, 1999, pp. 368-369). Ainda no texto “*Uma censura à Censura*” fala-se de “*diversidade de critérios*”: “*assuntos há que se forem submetidos à apreciação de determinados censores vêm de lá incólumes, enquanto que com outros... tal diversidade de critérios torna os artigos, no que respeita à possibilidade ou impossibilidade de publicação, uma autêntica lotaria*”. Em depoimentos, Salazar e Marcello chegaram a confirmar este jogo onde quem ditava as regras eram pessoas com diferentes critérios de interpretação. A mesma ideia é defendida por Fernando Dacosta, que chegou a trabalhar na delegação da *Notícia*, em Lisboa: “*a censura não era rígida porque estava nas mãos do ser humano*”. Segundo Graça Franco (1993, p. 136),

*“os jornalistas cedo se habituaram às disparidades dos censores, à benevolência de uns e à rigidez de outros. Tidos nas redacções como*

‘macróbios do exército’, eram, de facto, na sua maioria, recrutados entre militares na generalidade em idade de reforma, ou já reformados, e trabalhando na Censura quase sempre a tempo parcial e a troco de um magro vencimento; imbuídos da mística do Regime, cumpriam, muitas vezes com excesso de zelo, as indicações recebidas.”

Na edição de 26 de outubro de 1963, a revista volta a envolver a censura numa notícia ao, simultaneamente, despedir-se dos leitores: “E até de hoje a quinze dias!”. A *Notícia* explicava que a edição de 2 de novembro de 1963 estava proibida de chegar aos leitores: “A Comissão de Censura à Imprensa, por decisão tomada em 16 de outubro corrente, resolveu punir este órgão de Imprensa com a pena de suspensão de publicação por um número”. O motivo do castigo não surge explicitado, mas Moutinho Pereira acrescenta que a pena resultou de um artigo publicado sem respeitar as alterações previamente feitas pelo censor de serviço.

Outro exemplo de conteúdo jornalístico sobre a censura data de 7 de novembro de 1964. Na capa lê-se o título “Tudo pela Censura, nada contra a Censura...”. Na página 12, um artigo refere que a censura “não se justifica” em Portugal e que há diferenças entre a censura à imprensa praticada na metrópole e nas províncias ultramarinas:

“Nós, em Angola, beneficiamos de um regime de Censura menos duro que os jornais dos outros pontos do território nacional. Isso é verdade e deve-se, em grande parte, aos jornalistas teimosos que continuam a escrever como se não existisse censura (...). Também é facilmente verificável que os censores menos maus (...) são os militares. Duma forma geral o censor que é militar rala-se muito pouco com o facto do jornal atacar o Sr. A ou ferir os interesses do Sr. B.”

Nem todos os temas exigiam igual atenção por parte do censor de serviço, como explica o jornalista Cesário Borga, que passou pela imprensa de Lisboa (*Flama*, *A Capital* e *Diário de Lisboa*): “A Guerra Colonial era um tema tabu, ao qual os censores estavam completamente atentos. Como a guerra também não era muito abordada pelos meios de comunicação, era fácil para os censores encontrar estas notícias”. Segundo Fernando Dacosta, a censura era “ferocíssima” em relação a esta temática – “como o conflito era o tema dominante do regime, havia uma atenção acutilante”. Avelino Rodrigues, que trabalhou na imprensa de Lisboa, tem o mesmo parecer:

“Para os jornalistas da década de sessenta, a Guerra Colonial era o grande tabu. A censura chegava a ser ridícula. Uma vez, cortaram-me o boletim meteorológico. No auge da guerra, o regime passara a incluir as províncias ultramarinas no boletim meteorológico nacional, que até ali só cobria a metrópole. (...) Resumi a informação oficial, sem me dar conta de uma notícia de última hora que a censura mandara ocultar: tinha havido cheias no rio Limpopo e não se podia assustar as famílias dos soldados... E lá me cortaram a única notícia sobre o teatro de guerra que me foi dada a escrever nos quatro anos em que trabalhei no jornal *O Século*”. (Rodrigues, in Torres, 2016, p. 351)

Para Fernando Dacosta,

“No jornalismo português, a guerra não foi contada ou foi muito mal contada, com referências muito subtis. Nenhum jornalista fez um grande trabalho sobre a Guerra Colonial. Nem podia fazer. (...) A verdade era toda retalhada e isso inibia os jornalistas. O problema da censura não é o que corta, é o que inibe”. (Dacosta, in Torres, 2016, p. 217)

Para contornar a censura, os jornalistas recorriam a várias estratégias, como escrever nas entrelinhas ou em jeito de código e também escolher o censor a quem entregariam a notícia mediante a escala de serviço, como conta Moutinho Pereira:

“(…) havia um jogo que consistia em escolher o censor de serviço para determinado tipo de textos. Havia uma escala de censores, quase todos militares, e nós tínhamos acesso a ela. ‘Se perceberes, corta. Se não perceberes, corta na mesma’ – era esta a instrução fatal para os censores mais estúpidos, que dava jeito para as coisas que nos convinha. Os textos interessantes, com um gosto intelectual, iam para uma pessoa que gostasse de poesia ou que fosse ao teatro. Nós tínhamos o perfil de cada um bem definido. Sabíamos a quem mandar os textos”. (Pereira, in Torres, 2016, p. 322)

No caso da *Notícia*, utilizava-se ainda uma outra estratégia. Quando a redação queria informar os leitores de que determinada edição tinha sido alvo de muitos cortes por parte da censura, era inserido na revista um anúncio da Neográfica onde se destacava uma ferradura no rabo de um camponês. Quando este anúncio estava na edição, os leitores ficavam a saber que “a ‘besta’ – a Comissão de Censura – tinha dado coices violentos

no camponês – o jornalista e os artigos” (Pinto, 2011, p. 67).

Todos os conteúdos noticiosos relativos à Guerra do Ultramar eram controlados por dois tipos de censura: uma militar e outra civil. A civil analisava tudo o que era publicado. A censura militar focava-se no tema tabu, fazendo “alterações de forma a que não fossem dadas informações aos elementos inimigos” (Pinto, 2011, p. 242). Era também a censura militar que proibia referências positivas em relação aos movimentos de libertação, denominados “terroristas”, “turras”, “bandoleiros” ou “bandidos”. Aliás, “qualquer referência à oposição e às suas principais figuras era cortada, mesmo que a prosa não fosse elogiosa para essas figuras” (*idem*, p. 253) porque “tudo o que soasse a oposição feria a vista dos censores” (*idem*, p. 296). No entanto, houve exceções, como conta Moutinho Pereira, referindo-se ainda ao tempo em que estava ao serviço do jornal *O Comércio*, também de Luanda:

“Uma vez, uma alta patente (...) deu-me para a mão uma máquina fotográfica. Era a máquina do Dr. Américo Boavida, um médico do MPLA, que foi morto na operação em que a máquina caiu nas mãos da tropa. Continha um rolo. Fiz o que tinha a fazer. As fotografias foram publicadas num suplemento especial do jornal *O Comércio*. Eram imagens captadas pelo médico num centro da resistência do MPLA” (Pereira, in Torres, 2016, p. 327)

Citando outro exemplo, Moutinho Pereira voltou a escrever sobre o inimigo:

“(…) quando apareceram no sudeste de Angola, quase nas terras do fim do mundo, pessoas com a sigla MPLA escrita na testa, à navalha. Isso serviu de motivo para as tropas portuguesas deslocarem uma série de populações para ‘aldeamentos estratégicos’ a fim de melhor as ‘protegerem’. Desconfiei. Escrevi que tal barbaridade nunca tinha sido prática do MPLA. Deixei em suspenso o que não podia escrever: a ideia de que aquilo poderia ser prática de alguém não pertencente ao MPLA, provavelmente dos Flechas, unidades paramilitares constituídas por ex-guerrilheiros ‘reciclados’ pela PIDE [Polícia Internacional e de Defesa do Estado]”. (*idem*)

Continuando a referir exemplos de conteúdos sobre a censura publicados na revista, em *A Chuva e o bom tempo*, crónica da autoria do então chefe de redacção, João Fernandes, que opinava sobre os mais diversos temas, a censura também é referenciada. A 17 de janeiro de 1970, na sua crónica que ocupava

a última página da revista e que era publicada com regularidade desde 1967, o jornalista apresenta uma lição gramatical sobre o presente do indicativo: “eu escrevo, tu gostas, ele risca, nós fazemos outra vez, vós bocejais, eles acham bem”. No Natal de 1971, João Fernandes preenche a sua rubrica *A Chuva e o bom tempo*, que começava a não ser publicada com regularidade, com um texto intitulado “Suspende”. Nele dá um aviso aos leitores: “É suspender que está na moda? Pois também eu suspendo. Até ser outra vez possível”. Durante dois meses, a crónica não foi publicada. O texto regressa a 26 de fevereiro de 1972: “irritei-me. Se o que eu tinha para dizer não podia ser lido (...) melhor seria desistir”. *A Chuva e o bom tempo* anunciou o seu fim definitivo apenas a 11 de maio de 1974, quando a Revolução dos Cravos ainda era tema de capa. Porque a censura pertencia ao passado, a rubrica deixara de fazer sentido: “encerro aqui uma época. Oito anos andei eu a escrever esta secção. Talvez venha a ter saudades dela. Mas para já não tenho remorsos. Com tanta chuva a secção inchou e já não cabe aqui. Agora ela vai estender-se pelo *Notícia* inteiro”.

Voltando agora a uma questão anteriormente referida no artigo “Tudo pela Censura, nada contra a Censura...”, no qual se defende que em Angola a censura era menos controladora, de facto, João Fernandes constatou esta realidade quando a *Notícia* lançou a edição metropolitana. Conteúdos noticiosos publicados em Angola eram proibidos na edição de Lisboa. Para Fernando Dacosta,

“(…) em Moçambique e em Angola havia muito mais liberdade. Filmes e livros que eram cortados aqui [na metrópole], lá passavam. Mas não era só lá. Por exemplo, no *Comércio do Funchal*, um jornal cor-de-rosa que marcou o final da década de 60 e princípios da década de 70, dirigido por Vicente Jorge Silva, o censor era um advogado que fazia os cortes numa esplanada. Naquele ambiente descontraído, deixava passar imensa informação que aqui era impossível publicar”. (Dacosta, in Torres, 2016, p. 219)

Opinião contrária tem Joaquim Letria, que entre outros meios, foi jornalista da *Flama*, do Rádio Clube Português e da agência *Associated Press*:

“Por exemplo, na metrópole, não se podia publicar a fotografia de uma senhora em biquíni: os censores mandavam logo pintar a parte do corpo descoberta até ficar um fato de banho completo e assim já era permitido. Nas províncias, sobretudo em Angola e em Moçambique, neste tipo de coisas, havia muito mais abertura do que na metrópole. É por isso que

*eu penso que se criou a reputação de uma censura mais branda no ultramar. Quanto à guerra e à política, a história era outra”. (Lectria, in Torres, p. 283)*

### A NOTÍCIA E A GUERRA DO ULTRAMAR

A Guerra Colonial integra a agenda da revista *Notícia* desde o primeiro semestre de 1961 até a Revolução dos Cravos. Entre informação e desinformação, os 13 anos de cobertura noticiosa incluem desde cerimónias oficiais a reportagens de guerra no teatro de operações de Angola, mas também da Guiné Portuguesa e de Moçambique. Se, em 1961, a revista apresenta parcas e oficiosas informações sobre o conflito, nos anos seguintes, após a intervenção de Charulla de Azevedo, a estratégia muda.

Os acontecimentos que assinalam o início do conflito – a 4 de fevereiro, nacionalistas do MPLA assaltam, em Luanda, a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia de São Paulo, uma esquadra da PSP e a Emissora Nacional e, a 15 de março, no norte de Angola, iniciam-se os ataques da União das Populações de Angola contra os colonos portugueses e algumas populações negras – não foram noticiados em fevereiro e março de 1961. Foi na edição de 1 de abril deste ano que, pela primeira vez, se fez referência ao conflito. O texto, intitulado “*Luanda protestou*”, surge acompanhado por duas fotografias de um edifício vandalizado, consequência de “*brutais acontecimentos que nos enlutaram a todos*”. A palavra guerra surge pela primeira vez num texto publicado na edição de 20 de maio (“*Agora que tanto se fala...*”). Nele se diz que “*Angola tem muito de virgem, e passível de ser aproveitada*”. Resumidamente, o texto é um convite ao investimento de capital da metrópole em Angola:

*“Podem empregar aqui o seu dinheiro, financiando a cultura da oliveira e da vinha. (...) Podem mandar para cá grande número de homens e mulheres para as vindimas e para a apanha da azeitona (...). Podem, inclusivamente, mandar os seus próprios filhos, cooperar, em paz, no futuro desta terra grandiosa. Sim, em paz, e não para a guerra, como agora foram obrigados.”*

O ano de 1961 fica ainda marcado por notícias relacionadas com o desembarque de contingentes militares em Luanda, “*briosos soldados*” sempre muito bem recebidos pela população, exercícios militares, comemorações e, entre outros assuntos, vitórias dos “*nossos soldados*” sobre os “*bandoleiros*”. Neste primeiro ano, a *Notícia* cinge-se a informações fornecidas pelo Centro de Informação e Turismo de

Angola (CITA), onde a imagem ocupa mais espaço do que o texto e onde a propaganda é mais forte do que a informação. Este ainda não era o “*jornal de João Charulla de Azevedo*”, o jornalista que revolucionou a publicação a vários níveis a partir de 1962.

Apesar das alterações implementadas por Charulla e seguidas após a sua morte, durante os 13 anos em que a guerra durou, a *Notícia* não apresentou um retrato fiel sobre a guerra portuguesa em Angola. Houve, de facto, cobertura jornalística do conflito, mais do que em qualquer outro meio da imprensa portuguesa, mas faltou contextualização e atualidade. O conflito foi essencialmente noticiado através da publicação de reportagens, artigos de opinião e referências editoriais, ficando a faltar notícias diretas e objetivas sobre o tema. A guerra foi noticiada no passado, nos tempos verbais pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. Apenas um dos lados do conflito foi apresentado – os heróis e os vencedores, ou seja, as corajosas, patrióticas e sofridas forças armadas portuguesas – escasseando informação sobre os movimentos de libertação – os vilões e os vencidos, apresentados sempre negativamente. “*Não há reportagens de guerra neutras e, muito menos, que tomem partido pela outra parte. (...) Na guerra, ou se está de um lado, ou do outro, e a terra de ninguém é a mais perigosa de todas*” (GOMES e FARINHA, 2001, p. 25). A revista *Notícia* foi parcial e, ora porque a censura não permitiria outro caminho, ora porque eram os militares portugueses que lhes garantiam segurança em serviço de reportagem, esteve sempre do lado dos “*heróis*”, militares que defendiam o império “*uno e indivisível do Minho a Timor*”, “*a bem da Nação*”, ao serviço do Estado Novo.



Fernando Farinha, ao centro, na companhia de comandos, em 1970, na zona leste de Angola

Na *Notícia*, a cobertura jornalística do conflito não foi um exclusivo de determinados jornalistas mas, na realidade, esteve concentrada em dois deles: Fernando Farinha e Moutinho Pereira, ambos provenientes do jornal *O Comércio*, for-

madros pela tarimba e convidados por Charulla a integrar a equipa da *Notícia*. Moutinho Pereira foi dispensado do Serviço Militar Obrigatório (SMO) por questões de saúde. Fernando Farinha, também conhecido por “jornalista soldado”, cumpriu o SMO, continuando simultaneamente a enviar conteúdos sobre a guerra para a revista, autorizado pelo comandante da Região Militar de Angola. O mesmo aconteceu com outros profissionais da *Notícia*. Refira-se o exemplo do repórter fotográfico Lucas de Sousa, anunciado a 4 de fevereiro de 1969:

“(...) vai trocar as suas roupas civis pela farda do Exército Português. Todavia, as suas aptidões profissionais são de molde a supor que, mesmo nas Forças Armadas, sejam convenientemente aproveitadas e continuemos a contar com trabalhos seus nas nossas colunas.”

Ao contrário de grande parte dos meios de comunicação portugueses da época, a *Notícia* deu destaque ao conflito, nos momentos em que o noticiou, e não se limitou a comunicados oficiais, tendo, pelo contrário, apresentado conteúdos inéditos e da sua própria autoria. Todavia, a revista não foi um meio capaz de dar aos leitores atualidade e dados suficientemente informativos. Por vezes, a experiência vivida pelo jornalista no teatro de operações roubou espaço de antena à vertente informativa e esclarecedora que se espera de um jornal. Tal como os soldados portugueses, os jornalistas que os acompanharam foram também heroicizados.

Segundo Leston Bandeira, que trabalhou em vários meios de comunicação da província ultramarina, em Angola, “a guerra era quase um exclusivo da *Notícia*”. O jornalista não via noutras publicações da província tantas referências sobre o conflito como na revista. Fernando Farinha confirma a teoria:

“A *Notícia* deu importância à guerra porque eu comecei a fazer reportagens e essas reportagens tiveram um enorme sucesso. O pessoal militar e os habitantes de Luanda começaram a ler e a colecionar a revista. (...) Desde que a *Notícia* começou a publicar reportagens sobre a guerra, a venda de exemplares aumentou bastante”. (Farinha, in Torres, 2016, p. 236)

Moutinho Pereira partilha da mesma opinião:

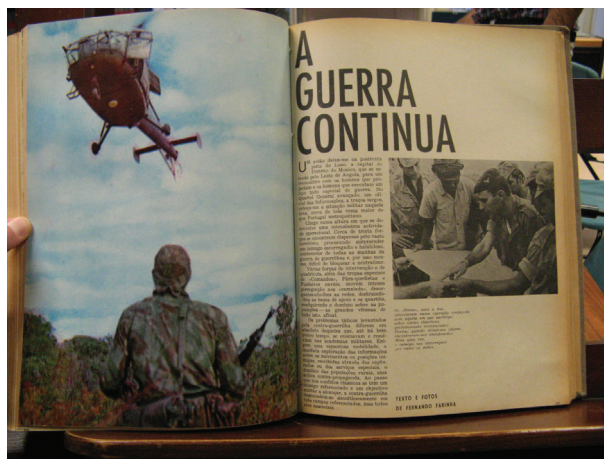
“(...) nós [eu e Fernando Farinha] entendíamos que a guerra estava a acontecer e que, por mobilizar uma quantidade enorme de gente, submetida a coisas tremendas, merecia

atenção. (...) No *Notícia*, as reportagens de guerra tinham sempre, pelo menos, chamada de capa. Tinha que ser. As pessoas da cidade viviam de tal maneira no seu rame-rame que achavam que a guerra era coisa dos outros. As pessoas que moravam em Luanda, de vez em quando, lembravam-se que havia guerra porque ouviam uns tiros na baixa da cidade. Normalmente, era pancadaria da tropa contra a própria tropa: zangavam-se uns com os outros e era um festival. O *Notícia* lembrava a existência da guerra. De resto, as pessoas viviam arredadas deste tema. (...) se eu e o repórter Fernando Farinha não fizéssemos nada, as pessoas não se lembravam. Nos meios de comunicação da metrópole era ainda pior (...)”. (Pereira, in Torres, 2016, pp. 321-322)

Lembrar que existia uma guerra deu notoriedade à revista e também aos repórteres que a noticiavam, correndo perigo de vida e, por isso, sendo vistos como “heróis”.

Porque o inimigo nem sempre atacava, nem todas as operações militares se traduziam em espetáculo digno de notícia. Quando não acontecia nada merecedor de registo, para justificar o tempo investido, os repórteres apresentavam textos e imagens sobre histórias de vida e do dia-a-dia dos militares e das populações que encontravam ou contavam experiências vividas no decorrer das missões.

Ao longo dos 13 anos, a guerra cedo deixou de ser novidade, passando a fazer parte da rotina da *Notícia*. Em 1962, já se fazia o balanço da guerra que há um ano tinha despoletado em Luanda. Assim foi até 1974.



Reportagem publicada na edição da *Notícia* de 15 de março de 1969



---

## PERIGOS E RISCOS

---

Os jornalistas da *Notícia* que fizeram reportagens de guerra, apesar de protegidos pelos militares portugueses, correram risco de vida, tal como qualquer soldado. Para não serem distinguidos entre os militares por parte do inimigo, acompanharam missões fardados com uniforme de campanha (camuflado). Normalmente, dois militares eram responsabilizados pela segurança de cada repórter. Este não andava armado mas tinha que transportar a própria ração de combate. Numa fase inicial, conta Fernando Farinha, jornalistas de vários meios fizeram reportagens de guerra mas “*com o passar do tempo, o interesse foi-se perdendo*”. Além disso, para acompanhar os militares, “*era preciso ter alguma preparação física e militar e também capacidade para aguentar muitas dificuldades. As equipas militares faziam operações a sério (...) [nas quais] os jornalistas corriam risco de vida. Nem todos estavam dispostos a passar por isso*” (Farinha, in Torres, 2016, p. 238). Fernando Farinha, além da formação militar que recebeu no SMO, frequentou também sessões dos cursos de comando, paraquedismo e cavalaria, por vontade própria: “*o que aprendi nestes cursos facilitou bastante o meu trabalho de repórter de guerra*” (*idem*, p. 239).

O perigo a que os repórteres da revista estiveram sujeitos é evidenciado em algumas edições. A 18 de novembro de 1967, por exemplo, a capa da *Notícia* é ocupada por uma fotografia de Fernando Farinha, fardado, com a máquina fotográfica Pentax pendurada no pescoço, vendo-se em segundo plano militares numa viatura. Sobre este trabalho, pode ler-se no editorial que “*o nosso enviado especial ao norte (...) é capa desta edição, devido ao facto de ter estado envolvido numa emboscada montada pelos terroristas, a uma coluna de viaturas, em que seguia e que o imobilizou durante 90 minutos, debaixo de fogo*”. O comentário refere-se a uma reportagem bastante descritiva que ocupa dez páginas, na qual Fernando Farinha conta, como sempre fez, na primeira pessoa, o que se passou:

*“(...) saltei da camioneta onde ia e embrenhei velozmente pelo mato, abrigo-me atrás de um grosso imbondeiro. (...) Olho em volta. Ninguém. Apercebo-me então que me separei demasiado dos soldados que me acompanhavam. Inquieto-me (...). Firmo a voz, que parecia querer fugir-me e grito: – Estou aqui! O que eu fui dizer! Rajadas de tiros vêm cravar-se no amigo imbondeiro que me protege. (...) Nem os tiros de resposta ao fogo inimigo, que os meus companheiros iniciam, me tranquilizam. O que se estará realmente a*

*passar? (...) Só então me lembro que tenho a máquina fotográfica comigo. Apercebo o camuflado dum dos meus companheiros. Fotografo-o entre o capim. Tiros continuam a ser trocados.”*

O jornalista é não só protagonista da reportagem como também “*testemunha da luta ingrata, corrosiva, traiçoeira, que sustentamos em Angola. Sinto medo mas não posso deixar de pensar que, se me safar desta, tenho uma boa reportagem para o Notícia*”, lê-se na edição de 18 de novembro.

Ao serviço da *Notícia*, na cobertura jornalística da guerra, Fernando Farinha destaca três momentos em que “*ia perdendo a vida*”: uma vez, durante uma operação militar, foi mordido por uma cobra venenosa – “*salvou-me uma rápida evacuação de helicóptero para um hospital de campanha*”; outra “*foi quando o paraquedas não abriu e eu, em queda livre, a ver a terra cada vez mais perto, tive de resolver o problema*”, recorrendo ao paraquedas de reserva já fora dos limites de segurança; a terceira ocorreu na Guiné Portuguesa, onde esteve em julho de 1970 como enviado especial – “*o helicóptero em que eu estava foi envolvido por um tornado e aterrou em sérias dificuldades nos pântanos da Guiné. Um outro helicóptero que seguia conosco despenhou-se no rio Mansoa e desse desastre não houve sobreviventes*”. As experiências não foram suficientemente traumáticas para que desistisse de fazer a cobertura jornalística da guerra ou até mudar de profissão, porque, assume, “*gostava muito daquilo que fazia*” (Farinha, in Torres, 2016, pp. 236-237).

---

## CONCLUSÃO

---

Como era esperado, a censura não permitiu que o jornalismo português percorresse um caminho isento mas não é correto atribuir-lhe inteira responsabilidade. A estreita relação estabelecida entre jornalista e militar também ditou o rumo da história que não concentra toda a verdade sobre o conflito e que favorece claramente o papel desempenhado pelas forças armadas portuguesas. Afinal, eram os “*valorosos soldados*” que garantiam a segurança aos jornalistas enquanto estes faziam a cobertura jornalística da guerra. Apesar de tudo o que foi referido, a revista *Notícia* destacou-se na cobertura jornalística da guerra e é hoje um documento importante para retratar a história do conflito e a história das práticas profissionais jornalísticas da época.

A presente análise não pretende ser representativa do jornalismo português que se fez sobre a Guerra do Ultramar, na medida em que apenas se analisou uma publicação e se entrevistaram alguns

jornalistas portugueses. Trata-se de um estudo de caso, cingido à revista *Notícia*. No entanto, este estudo pode servir de base a outras pesquisas e também chamar a atenção para uma parte da imprensa de Portugal que nem sempre é contemplada na história dos media portugueses.

---

*Date de soumission de l'article : 16 avril 2016.*

*Date d'acceptation : 31 octobre 2016.*

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Esta investigação foi desenvolvida com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa SFRH/BD/108106/2015).

<sup>2</sup> A Guerra do Ultramar, também conhecida por Guerra Colonial (em Portugal) ou Guerra da Independência (em Angola), inicia-se em Angola em 1961 e estende-se à Guiné Portuguesa em 1963 e a Moçambique, em 1964. Foi uma luta travada entre as forças armadas portuguesas e os vários movimentos de libertação de Angola, da Guiné Portuguesa e de Moçambique, então províncias ultramarinas portuguesas. Portugal queria manter o domínio sobre os territórios que possuía em África; as províncias ultramarinas lutavam pela independência.

<sup>3</sup> Na época em estudo, o Império Português era constituído pela metrópole (Portugal continental), pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira e por províncias ultramarinas situadas em África e na Ásia.

<sup>4</sup> Lopo considera que esta imprensa, feita por amadores de várias classes sociais, criou novos “valores mentais” e defendeu “os interesses nacionais e dos míseros negros” (1964, p. 26).

<sup>5</sup> <http://africandar.blogspot.pt/>

<sup>6</sup> O Conselho da Revolução, criado em março de 1975, era um “instrumento de intensificação da participação das Forças Armadas na vida sociopolítica portuguesa”. Mais informação disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1536>.

<sup>7</sup> Sousa Oliveira, pseudónimo de António Gonçalves, assina o texto.

<sup>8</sup> Slogan criado pelo Estado Novo, na década de 60, numa altura em que o governo de António de Oliveira Salazar era pressionado pela comunidade internacional para abandonar o império.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### Livros:

- Afonso, A., Gomes, C. de M., 2000, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Azevedo, C. de, 1999, *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Azevedo, C. de, 1997, *Mutiladas e Proibidas – Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Carvalho, A. de, 2001, *Angola, anos de esperança*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- Ferreira, E. de S., 1977, *O Fim de Uma Era: O Colonialismo Português em África*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Franco, G., 1993, *A Censura à Imprensa (1820 – 1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Gomes, C. de M., Farinha, F., 2001, *Guerra Colonial – um Repórter em Angola*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Lopo, J. de C., 1964, *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*, Luanda, Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Melo, A. B. de, 1993, *História da Imprensa de Angola*, Rio de Janeiro, Semana Ilustrada Editorial.
- Pinto, J. F., 2011, *Segredos do Império da Ilusitânia – A Censura na Metrópole e em Angola*, Coimbra, Edições Almedina.
- Torres, S. M. M., 2014, *Guerra Colonial na Revista Notícias*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- Torres, S., 2016, *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*, Lisboa, Guerra & Paz.
- Teixeira, R. de A., 2001, *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias.

### Periódicos:

- Notícia* (Luanda, Angola), edições de 1959 a 1975.

### Entrevistas:

- António Gonçalves, entrevistado em Rio Maior a 18 de janeiro de 2012.
- Cesário Borga, entrevistado em Lisboa a 17 de julho de 2015.
- Fernando Dacosta, entrevistado em Lisboa a 29 de julho de 2015.
- Fernando Farinha, entrevistado em Lisboa a 10 de janeiro de 2012 e a 29 de julho de 2015.
- João Fernandes, entrevistado em Óbidos a 18 de janeiro de 2012.
- Joaquim Letria, entrevistado em Lisboa a 22 de julho de 2015.
- Leston Bandeira, entrevistado em Lisboa a 10 de janeiro de 2012.
- Moutinho Pereira, entrevistado em Lisboa e também via e-mail entre janeiro e março de 2012 e em Odivelas a 5 de agosto de 2015.



**Jornalismo de guerra em Angola**  
durante o conflito ultramarino português

**War Reporting in Angola**  
during the Portuguese Colonial War

**Journalisme de guerre en Angola**  
durant la guerre coloniale portugaise

**Pt.** Este artigo centra-se na cobertura jornalística da guerra portuguesa em Angola feita pela revista *Notícia*, publicação semanal com sede em Luanda entre 1959 e 1975. A partir da análise das edições publicadas entre 1961 e 1974 e de oito entrevistas a profissionais que na época trabalharam em meios de comunicação de Angola, pretende-se compreender como foi feita a cobertura jornalística do conflito, que espaço concedeu a revista aos acontecimentos relativos à guerra e que práticas profissionais regularam o trabalho dos repórteres – que riscos correram no teatro de operações e que estratégias criaram ou seguiram para contornar os cortes da censura. Uma simples análise às várias edições da revista seria insuficiente para perceber acontecimentos e relatos do passado. Assim, as entrevistas efetuadas foram cruciais para compreender e distinguir verdades e mentiras, presenças e ausências, informação e propaganda. Este artigo aborda também a questão relativa ao condicionamento da censura, os riscos que os repórteres de guerra portugueses correram em missões de serviço no teatro de operações e o historial da revista que, na época, era um meio de comunicação bastante desenvolvido e arrojado que se interessou pelo tema Guerra Colonial, o maior conflito armado da história de Portugal. Conclui que a revista *Notícia* deu destaque à guerra travada entre as forças armadas portuguesas e os movimentos de libertação africanos, apresentando conteúdos originais, ao contrário da maior parte dos meios de comunicação portugueses que, principalmente por causa da censura, não ousaram ir além dos comunicados oficiais.

**Palavras-chave:** jornalismo de guerra, censura, imprensa portuguesa, revista *Notícia*, Angola, Guerra Colonial.

**En.** This article examines the journalistic coverage of the Portuguese Colonial War by *Notícia*, a weekly publication based in Luanda from 1959 to 1975. Based on an analysis of articles published between 1961 and 1974 and eight interviews with professionals who worked in Angolan media during that period, it attempts to understand how journalistic coverage of the conflict was done; what space the publication accorded war news; what professional practices were employed by reporters; what risks they faced in the field and what strategies they employed to circumvent censorship. Exclusively analysing publication copy to study the events and facts of the past is inadequate. In light of that, the interviews were vital to understand and ascertain truth from fiction; news from propaganda and what was told and what was not. This article also addresses the context of censorship; the risks ran by Portuguese war correspondents in the field and the history of *Notícia*, which, at the time, was an audacious and avant-garde publication interested in the Colonial War—the single most important armed conflict in Portugal’s history. This paper finds that *Notícia* depicted the war from the perspective of both the Portuguese armed forces and the Angolan liberation forces by providing original content—in contrast to the majority of censored Portuguese media that did not dare defy the official account.

**Keywords:** war reporting, censorship, Portuguese press, *Notícia* publication, Angola, Portuguese Colonial War

**Fr.** Cet article se centre sur la couverture journalistique de la guerre portugaise en Angola réalisée par la revue *Notícia*, publication hebdomadaire basée à Luanda entre 1959 et 1975. Reposant sur l'analyse des articles publiés entre 1961 et 1974 et de huit entretiens avec des professionnels qui travaillaient à l'époque dans les médias angolais, il propose de comprendre comment la couverture journalistique de ce conflit a été faite, quel espace la revue accordait aux informations relatives à la guerre et quelles pratiques professionnelles étaient exercées par les reporters – quels risques courraient-ils sur le théâtre des opérations et quelles stratégies ont-ils créées ou suivies pour contourner les actes de censure. L'analyse seule des éditions de la revue est insuffisante pour percevoir les événements et les faits appartenant au passé. Ce faisant, les entretiens réalisés ont été cruciaux pour comprendre et distinguer les vérités, les mensonges, ce qui est dit et ce qui est tu, l'information et la propagande. Cet article aborde par ailleurs la question relative aux conditions de la censure, aux risques que les reporters de guerre portugais prenaient lors de leurs missions sur les théâtres d'opérations et à l'histoire de la revue qui, à cette époque, était un média d'avant-garde et audacieux qui s'intéressait à la Guerre coloniale, le conflit armé le plus important de l'histoire du Portugal. L'article conclue que la revue *Notícia* mettait en scène la guerre au travers des forces armées portugaises et des mouvements de libération africains, en présentant des contenus originaux, au contraire de la majeure partie des médias portugais qui, principalement en raison de la censure, n'osaient pas braver les communiqués officiels.

**Mots-clés :** journalisme de guerre, censure, presse portugaise, revue *Notícia*, Angola, Guerre coloniale.

